



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

# PSI

nº 196 • Maio | Junho | Julho • 2019

# Nenhum passo atrás

Confira o último jornal da gestão 2016-2019 que trabalhou para reforçar pilares da Psicologia e fazê-la avançar mesmo em meio a um cenário de pressão

**15**

#### COTIDIANO

Comissões de orientação e Ética e orientação e Fiscalização reforçam equipes e zelam pela qualidade na profissão

**20**

#### UM DIA NA VIDA

Como a cidade de Suzano (SP) busca caminhos para superar a tragédia de março e construir soluções coletivas

**23**

#### MATÉRIA ESPECIAL

Oficinas realizadas na sede e subsedes do CRP sensibilizaram sobre a acessibilidade e contra o capacitismo



**CAPA | NADAR CONTRA A CORRENTE CONSERVADORA**  
Gestão 2016-2019 chega ao fim com avanços, apesar das pressões sobre a categoria e o CRP

**ORIENTAÇÃO | ORIENTAÇÕES PARA A PROFISSÃO E A LUTA CONTRA OS RETROCESSOS**

Conjunto de resoluções aprovado no triênio ajuda a qualificar – e atualizar – o trabalho das/os psicólogas/os e reforça compromissos com os direitos humanos

**ÉTICA | MEDIAÇÃO E NOVO CPD SÃO DESTAQUES NO PERÍODO 2016-2019**

Nova metodologia agiliza os processos e prioriza a ética de responsabilização

**PENALIDADES ÉTICAS**

**COTIDIANO | ZELO PELA CATEGORIA E PELA SOCIEDADE**

Comissões de Orientação e Ética e Orientação e Fiscalização trabalham para assegurar qualidade no atendimento à população e melhores condições de trabalho para as/os psicólogas/os

**ARTIGO | RESOLUÇÃO CFP Nº 01/99: UMA CONQUISTA IMPORTANTE PARA A PSICOLOGIA BRASILEIRA**

Ana Mercês Bahia Bock

**UM DIA NA VIDA | SUZANO BUSCA SOLUÇÕES PARA CICATRIZAR (E EVITAR NOVAS) FERIDAS**

Morte de estudantes da Escola Estadual Raul Brasil desperta sobre a necessidade de aproximação entre áreas como as da Saúde e Educação

**MATÉRIA ESPECIAL | CONTRA O CAPACITISMO E PELA ACESSIBILIDADE**

Oficinas na sede e em unidades do interior sensibilizaram e orientaram sobre preconceitos e desafios enfrentados por Pessoas com Deficiência

**PERSPECTIVA DO USUÁRIO | TUDO VIRA FUMAÇA**

A casa como construção da subjetividade e a reintegração de posse como violência de classe, gênero e raça

**SUBSEDES | ALTO TIETÊ COMEÇA COM FÔLEGO**

**ESTANTE | MURAL**

Uma seleção de livros lançados e eventos programados relacionados aos temas da edição

4

10

12

14

15

18

20

23

26

29

31



Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**

**Presidenta** | Luciana Stoppa dos Santos

**Vice-presidenta** | Larissa Gomes Ornelas Pedott

**Secretária** | Suely Castaldi Ortiz da Silva

**Tesoureiro** | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

**Conselheiras/os**

Aristeu Bertelli da Silva (Afastado desde 1º/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019), Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros (Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019), Clarice Pimentel Paulon (Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019), Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Evelyn Sayeg (Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18), Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, Maurício Marinho Iwai (Licenciado desde 1º/03/2019 - PL 2068ª, de 16/03/2019), Mary Ueta, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Vinicius Cesca de Lima (Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019)

**Realização**

**Coordenação de Relações Externas CRP SP**

Julia Rezende Ribeiro e KMZ CONTEÚDO

**Estagiárias** Emily Santos e Jaqueline Melo

**Jornalista responsável** Gustavo Dhein (MTB 39.546 SP)

**Reportagens e Edição** Gustavo Dhein e Erika Mazon

**Direção de arte** Sergio Honório

**Capa** Gabriel Goes

**Fotos internas** Arquivo CRP SP e Pixabay

**Revisão** CRP SP

**Impressão** Rettec Artes Gráficas e Editora Ltda

**Tiragem** 107.000 exemplares

**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

Cep 05410-020 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

**E-mails**

**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br

**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br

**Informações** | info@crpsp.org.br

**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br

**Administração** | admin@crpsp.org.br

**Comunicação** | relacoesexternas@crpsp.org.br

**Site:** www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP SP**

**Alto Tietê** | tel. (11) 2378-0326

**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932

**Baixada Santista e Vale do Ribeira**

tel. (13) 3235-2324, 3235-2441

**Bauru** | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516

**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847

**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658

**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047

**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370

**Vale do Paraíba e Litoral Norte** | tel. (12) 3631-1315



# UNIDOS PELA - E PARA - A PSICOLOGIA

**E**sta edição do jornal celebra o fim de uma intensa jornada de três anos da Gestão 2016-2019 do CRP SP. Também marca o momento de avaliação do caminho percorrido até aqui, pontuando os avanços possíveis e os desafios frente ao momento de retrocessos nos direitos sociais e humanos que vivemos.

Esta gestão buscou, nos últimos três anos, atuar de forma alinhada aos objetivos construídos no 9º Congresso Nacional de Psicologia, sustentando o modelo democrático de gestão do Sistema Conselhos e ressaltando a importância da participação da categoria, a fim de ocupar os espaços do Conselho com debates, rodas de conversa e ambientes de orientação.

Assim, este triênio foi marcado por inúmeras ações que buscaram aproximar ainda mais de todas as psicólogas e da sociedade, qualificando as diferentes formas de atendimento, investindo e levando a sério o compromisso assumido com a regionalização e interiorização por todo o Estado. Outra pauta importante foi a necessidade de enfrentar o capacitismo institucional, tornando o CRP SP um espaço de acolhimento acessível para todas e todos. Na matéria especial, falamos sobre as oficinas realizadas no Conselho, na sede e nas subsedes, com a proposta de orientar e sensibilizar as/os conselheiras, gestoras e colaboradoras do CRP, bem como as/os trabalhadoras/es em relação ao reconhecimento da deficiência como fenômeno social e na identificação das barreiras do contexto que impedem a inclusão das pessoas com deficiência – trata-se de uma importante iniciativa de enfrentamento ao preconceito.

Destaca-se, ainda, a importância da participação do CRP SP na discussão e na elaboração de um conjunto de resoluções aprovadas ao longo deste triênio, compiladas na seção Orientação. Estas resoluções qualificam e atualizam eticamente o trabalho da Psicologia, reforçando o compromisso do Sistema Conselhos com os Direitos Humanos. Resoluções são instrumentos essenciais para a normatização de nossa prática profissional. Por isso, nesta edição, destacamos a importância da Resolução 01/99, que completa 10 anos e que representa o avanço da Psicologia na despatologização de formas diversas de viver a sexualidade, respaldando o

nosso compromisso em vencer todas as formas de discriminação e violência.

Orientar e fiscalizar, para que a atuação da categoria esteja alinhada com o Código de Ética da Profissão, é função precípua e foi objeto de grande parte dos esforços desta Gestão. Para isso, foram contratadas/os novas/os Psicólogas para compor nosso quadro técnico, de forma a prestar um melhor atendimento à categoria. Ainda com relação às questões éticas, a gestão entende a necessidade da busca de soluções consensuais a conflitos que permeiam os processos éticos; assim, este triênio representou grande avanço nos processos de Mediação, debruçando-se na consolidação de critérios para a prática e na implantação de uma cultura restaurativa em detrimento da lógica punitiva nas questões que envolvem o exercício profissional da Psicóloga.

Orientar e reforçar o papel importante da Psicologia nas Políticas Públicas como ferramenta de garantia de direitos foi outra das preocupações deste triênio. Por isso, na seção Um Dia Na Vida, trazemos a experiência de uma trabalhadora na articulação das políticas de educação e saúde no atendimento diante da situação de violência extrema ocorrida dentro do espaço da Escola Estadual Raul Brasil, no município de Suzano, região metropolitana de São Paulo. O CRP SP acompanhou de perto as ações de mobilização diante do ocorrido, no atendimento a famílias, estudantes e trabalhadoras/es, tanto para prestar apoio a todas/os que precisassem quanto na orientação das/os profissionais que atuaram e atuam no município, reforçando a importância de considerar o complexo conjunto de forças envolvidas em uma situação como esta.

Esperamos que esta edição seja também um convite à categoria para que, juntas/os, enfrentemos os desafios que virão, mas que devem ser superados em nome de uma Psicologia com compromisso social. Aproveitamos para agradecer todas/os que estiveram conosco participando e lutando por uma sociedade mais justa e democrática.

# NADAR CONTRA A CORRENTE CONSERVADORA

*Gestão 2016-2019 chega ao fim com avanços internos, apesar de presenciar retrocessos em direitos sociais e humanos*

**A**o longo das duas últimas décadas, a Psicologia, uma profissão com origem elitizada, trabalhou para se aproximar cada vez mais das demandas da sociedade e reforçar compromisso na luta por uma sociedade mais democrática, justa e igualitária. Tal princípio tem sido sustentado com êxito, mas sua busca acarreta também mais responsabilidades e pressões. Hoje, a batalha é não apenas para continuar a avançar: não podemos dar qualquer passo atrás. “O fundamento de nossa gestão foi manter o CRP alinhado ao compromisso social da Psicologia e não recrudescer, neste momento em que um movimento conservador e anticientífico se manifesta em diversos campos, incluindo a política, a ciência e nossa prática profissional”, afirma a presidenta do Conselho, Luciana Stoppa dos Santos, que passou a ocupar o cargo em abril de 2017.

Segundo Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, tesoureiro da entidade, os movimentos encaminhados pela gestão que se encerra foram balizados no Código de Ética profissional e alinhados aos objetivos estratégicos construídos a partir das decisões do 9º CNP, ocorrido em 2016: Ampliação da inserção social da Psicologia; Ampliação da eficiência técnica e da responsabilidade ética; Participação, transparência e rigor na gestão; e Promoção da cidadania e diálogo com a sociedade. Um dos principais desafios enfrentados pela diretoria que se despede consistiu em aprimorar os processos de aproximação e diálogo com a categoria. “Nossa categoria é plural assim como a Psicologia e há um grande desafio em trazer esta pluralidade para dentro do CRP – que é das psicólogas. O que buscamos fazer, ao longo desse período à frente do CRP, com muita reponsabilidade na gestão dos recursos, foi desenvolver ações e



Luta na defesa por direitos foi uma marca da gestão



Eventos contribuíram para estimular e qualificar debates

projetos capazes de despertar na categoria o sentido de participação, de se sentir representada”, explica a presidenta do CRP.

Guilherme relata a satisfação de perceber que muitas pessoas que frequentaram as atividades promovidas pelo CRP ao longo do triênio estavam participando pela primeira vez. “É muito bacana saber que profissionais que antes não estavam próximos do Conselho buscaram esse estreitamento de vínculo e, mais importante do que isso, se sentiram estimulados a ocupar este espaço”, conta. Uma das preocupações constantes da gestão foi ofertar possibilidades para debates e educação permanente para as/os profissionais da Psicologia, tanto na sede do CRP, quanto nas subseções distribuídas pelo interior do Estado – zelando por nossa função de orientação à categoria. “Também abrimos o CRP a movimentos sociais”, diz Guilherme. Suely Castaldi Ortiz da Silva, conselheira secretária, reforça que não é atribuição legal do CRP oferecer cursos formais, mas que o conjunto de atividades, que incluem plenárias, rodas de conversa, debates, materiais informativos, notas técnicas, além de oficinas sobre temas específicos, tem um forte e relevante viés educativo, o que contribui para a qualificação ética e técnica da psicóloga.

## Interiorização

O triênio marcou a responsabilidade da gestão com o avanço e aprimoramento dos processos de descentralização e regionalização das atividades do CRP SP. Este processo se manifesta com a busca pela melhoria das condições das subseções – em Sorocaba, a unidade passou por reformas que incluíram a adaptação do imóvel para garantir acessibilidade – e com a inauguração da subseção Alto Tietê em Mogi das Cruzes, atendendo

a uma demanda antiga da categoria e incrementando a qualidade do atendimento às/aos profissionais que atuam nos 11 municípios abrangidos pela região. E, ainda neste ano, a subseção Campinas ganhará outro endereço, com instalações mais amplas e de fácil acesso para as psicólogas. O XV plenário é composto de, pelo menos, uma/um conselheira/o em cada território/subseção, o que reflete nosso compromisso com a capilaridade de nossas ações pelo Estado. É de extrema importância que as unidades do interior participem ativamente dos processos decisórios do conselho, que sempre são colegiados”, avalia Suely.

Prova disso é a definição do planejamento estratégico do CRP SP para o triênio que chega ao fim: objetivos e metas para o período foram estabelecidos com a participação direta da categoria, de estudantes de Psicologia, de usuários dos serviços e de movimentos sociais, sempre por meio de consulta pública on-line no site do CRP SP e de atividades descentralizadas realizadas presencialmente nas subseções. Segundo Guilherme, a descentralização – e a participação efetiva de todas as subseções nos processos decisórios – é primordial, em razão da complexidade da categoria e das especificidades das diferentes áreas do estado de São Paulo. “Por isso, ter as regionais fortes e a participação delas é tão importante para qualificarmos a atuação do Conselho”, explica o tesoureiro.

## Regulamentações

O CRP esteve presente, junto de outros conselhos regionais, nas discussões e elaboração das resoluções publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia, que representam novidades e/ou atualizações de alta relevância, como a Resolução 01/2018, que fala do



Exposições e eventos culturais atraíram públicos diversos



Participação da categoria foi fundamental para avanços

compromisso da Psicologia no combate à transfobia e a resolução 11/2018, sobre atendimento psicológico on-line e demais serviços realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância – esta última, um avanço na regulamentação desta prática. “Ela é muito pertinente e necessária, pois, por um lado, proporciona condições de acesso a pessoas que moram em lugares distantes ou enfrentam algum outro tipo de limitação para contar com os serviços da Psicologia, e, por outro, autoriza o emprego de novos recursos tecnológicos, sempre com zelo à ética e à qualidade, o que é uma tendência natural em razão dos grandes avanços tecnológicos vivenciados nos últimos anos”, diz Guilherme, que participou ativamente do GT que elaborou o documento. Destaca-se ainda no período o lançamento do novo Código de Processamento Disciplinar e a Resolução 06/2019, que institui novas normas para a elaboração de documentos escritos, uma outra demanda da categoria, com papel primordial no exercício ético da psicóloga. “Esta participação ativa nas discussões nacionais demonstra o compromisso do CRP SP com o Sistema Conselhos de Psicologia, ou seja, com uma forma de fazer Psicologia que constrói a política em nível nacional ao mesmo tempo em que trabalha coletivamente e equitativamente, considerando as especificidades das diferentes regiões do Brasil”, ressalta Luciana Stoppa.

“Também houve uma conquista muito grande com o início da Câmara de Mediação, compromisso estabelecido pela Resolução CFP N° 007/16, de 21 de junho de 2016, ou seja, na gestão 2013-2016, mas que passou a funcionar na nossa gestão”, aponta Suely. A Câmara de Mediação está vinculada à Comissão de Ética, e compõe uma outra lógica na regulamentação da prá-

tica profissional, pautando-se numa cultura restaurativa em detrimento da punição como resposta exclusiva aos processos éticos. “Consideramos que ainda há muitas discussões a serem feitas neste aspecto da mediação, principalmente no que tange as questões de Direitos Humanos, mas estamos trabalhando para construir um caminho”, diz Luciana Stoppa.

Ainda sobre o cuidado e o investimento em nossas funções precípuas de orientação e regulamentação do exercício profissional, a gestão entendeu que era urgente e necessária a realização de concurso para a contratação de 13 novas PATS (Psicólogas Analistas Técnicas), que passaram a compor a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e a Comissão de Ética (COE). “Faz parte de nossa missão como Conselho orientar, fiscalizar e assegurar a conduta ética dos profissionais. Com a ampliação da equipe, temos mais condições de responder às necessidades de quem nos procura, tempestivamente e com qualidade. Somos parceiras das psicólogas, e o trabalho de orientação é importante para garantir a boa atuação delas e também a segurança na condução das atividades, ao mesmo tempo em que é fundamental para garantir à população que receba atendimento adequado. Fiscalizar também é relevante para evitarmos, por exemplo, que técnicas e instrumentais da Psicologia sejam mal empregados, como para reforçar preconceitos ou qualquer outra forma de exclusão que contrarie o que prevê o nosso Código de Ética”, diz Luciana.

## Comunicação e atendimento

Outro foco da gestão foi qualificar os canais de comunicação com a categoria e intensificar seus usos. O site na internet, por exemplo, foi reformulado e ga-



*Dia do Psicólogo representa espaço para pensar a profissão*



*10º Corep atraiu psicólogos de todo o Estado de São Paulo*

nhou recursos de acessibilidade para garantir melhores condições às pessoas com deficiência de acessar os serviços e conteúdos do CRP. Foi criado um aplicativo para celulares e smartphones. Ele traz conteúdos bastantes similares aos presentes na web, porém com mais facilidade de navegação. O avanço refere-se ainda ao uso das redes sociais. Facebook, Youtube, Twitter e Instagram foram utilizados como recursos cada vez mais importantes para difundir eventos, resoluções, oficinas, pautas de luta, etc. O resultado é que o CRP SP tem hoje 140 mil, 8,5 mil, 3 mil e 23 mil seguidores, respectivamente, nesses canais. Até julho deste ano, 102 eventos haviam sido publicados/divulgados por intermédio deles. “Sabemos que o atendimento à categoria ainda é um grande desafio, e que houve alguns problemas inclusive em razão das mudanças de regulamentação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com relação aos boletos bancários. Mas estamos trabalhando em nosso compromisso de aprimorar os serviços e minimizar possíveis falhas”, diz Guilherme. Alguns projetos em andamento devem representar saltos importantes na qualidade da interação com as/os psicólogas/os. Entre eles, sistemas de agendamento e pré-cadastro on-line.

### Memória preservada

Em 2018, entrou no ar o Repositório Digital Fúlvia Rosenberg. O recurso virtual (<http://cedoc.crsp.org.br/>), desenvolvido pelo Centro de Documentação do CRP SP (CEDOC) e pelo Grupo de Trabalho (GT) História e Memória, reúne acervo de revistas, jornais, cadernos, livros, manuais, fotos, vídeos, atas, cartazes, documentos, folders, áudio e banners produzidos pelo Conselho desde

a sua fundação, bem como um grande acervo da história da Psicologia no Brasil. A nova ferramenta, acessível a qualquer interessado, representa um marco no que diz respeito à democratização do acesso a tudo aquilo que foi – e continua a ser – produzido pelo Sistema Conselhos e um “compromisso com a história de lutas produzidas por tantas psicólogas que nos antecederam”, diz Luciana Stoppa.

### Transparência e responsabilidade na gestão dos recursos

“Esses temas não são objetivos, mas princípios que sempre seguimos”, elucida o tesoureiro da gestão que se despede. Ele destaca a responsabilidade na gestão dos recursos do CRP e a transparência no sentido de mostrar para onde estão sendo direcionados. “Conseguimos utilizar ao máximo o potencial do CRP e investir adequadamente os recursos”, diz. Segundo ele, um dos motivos de orgulho – mas que considera também uma obrigação do Conselho – é o fato de os funcionários não terem perdido qualquer direito trabalhista, aspecto que a diretoria faz questão de manter inalterado, ao mesmo tempo em que assegurou remuneração justa e buscou melhorias para garantir um ambiente de trabalho adequado. “Para nós, ter os trabalhadores bem significa o mesmo que ter o Conselho bem”, afirma Guilherme. Entre as conquistas para os trabalhadores ligados ao CRP inclui-se a consolidação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), um processo que vem sendo construído há três gestões. Houve também melhorias estruturais e a criação, na sede, de recursos como lactário, uma copa para os trabalhadores e uma sala de descompressão com a reforma do Espaço Psi. Uma atividade intensamente desenvolvida



Diálogo foi fundamental para continuar a construir coletivamente



Eventos passaram a contar com intérpretes de Libras

ao longo do triênio foi a revisão de processos internos de trabalho, que deve culminar com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta que deve ser utilizada por todo o Sistema Conselhos. O objetivo é garantir mais segurança, rapidez e confiabilidade aos trabalhos. “Procuramos detalhar e simplificar as ações, pois entendemos que os processos ganham em complexidade e alguns dos instrumentos que estávamos – ou ainda estamos – usando começaram a ficar obsoletos e custosos”, explica Suely, afirmando que a próxima gestão ainda terá trabalho pela frente, mas já encontrará caminhos para seguir avançando. Uma das novidades é o fato de o CRP SP ter sido escolhido como polo para introdução de novo Sistema Cadastral Financeiro proposto pelo Conselho Federal, que será o “coração” administrativo-financeiro da categoria e permitirá aprimorar os processos hoje existentes e evitar, entre outras coisas, o uso de papel e a necessidade de retrabalhos.

## Futuro

Luciana, Guilherme e Suely convergem quanto ao fato de que a gestão que chega ao fim não conseguiu fazer tudo o que desejava, mas que, em relação a muitos temas e projetos ainda não concluídos, deixa vias “abertas e/ou já bem pavimentadas”. Ressaltam também que muitos dos avanços obtidos não são fruto só do trabalho dos atuais diretores e conselheiros, mas daqueles que os antecederam e, é claro, do empenho da categoria em fazer da Psicologia uma potente ferramenta de transformação social. “O CRP SP mostrou que tem condições, vigor e estrutura para fazer política forte, proporcionar orientação adequada às/aos psicólogas/os e fazer avançar a Psicologia, seja como ciência, seja como profissão ou como campo de lutas. Todo esse potencial pode e deve ser utilizado e fará a trajetória do Conselho ainda mais rica”, diz Luciana. A presidenta ressalta a importância de uma mobilização em defesa dos conselhos profissionais – não só o da Psicologia –, que estão sendo pressionados e ameaçados com medidas como a PEC 108/2019, que trata da natureza jurídica dos conselhos profissionais e impõe uma série de restrições à sua atuação. “A atividade do Conselho é fundamental tanto para a categoria, uma vez que zela pelo exercício ético e comprometido por parte das/dos profissionais, pelo avanço nas políticas e práticas relacionados à Psicologia, como para a população, pois tratamos de orientar e fiscalizar as/os profissionais e a profissão de forma que ela realmente contribua para a transformação social que tanto almejamos.”

## Objetivo estratégico: Ampliação da inserção social da Psicologia

- Posicionamento do CRP SP como espaço de resistências para garantir a atuação da Psicologia nas várias causas que atacam os direitos, buscando sempre o diálogo com a sociedade.
- Inserção na garantia de direitos de povos e populações tradicionais.
- Defesa do atendimento prioritário de pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas e de pessoas com deficiência na RAPs.
- Educação Inclusiva de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.
- Posicionamento contrário às reformas trabalhista e da previdência.
- Participação da Psicologia nas discussões e políticas de direito à cidade, em especial nas temáticas de mobilidade e trânsito.
- Apoio às/aos psicólogas/os que atuam em situações de emergências, desastres e em casos de extrema violência.
- Fomento à participação das/os psicólogas/os nas conferências de direitos e de políticas públicas.
- Feira Cultural LGBT de São Paulo 2018.
- Reafirmação do compromisso estabelecido na Carta de Bauru como marco importante na defesa do cuidado em saúde mental na perspectiva da luta antimanicomial, inclusive acompanhando as inspeções nacionais do CFP nos hospitais em SP; realização do Ato da Luta Antimanicomial 2017 e da Caravana de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos em Sorocaba.

## Objetivo estratégico: Ampliação da eficiência técnica e da responsabilidade ética

- Participação efetiva nos GTs nacionais que resultaram no novo Código de Pro-



cessamento Disciplinar, na Resolução de Documentos Escritos e na Resolução do Atendimento on-line.

- Encontro Nacional Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Psicologia.
- Qualificação dos processos das Comissões de Orientação e Fiscalização e da de Ética.
- Qualificação dos procedimentos da Câmara de Mediação por meio de oficinas, cartilhas e qualificação das/os conselheiras/os, em uma perspectiva restaurativa.
- Dia Estadual da Luta contra a Medicalização da Educação 2017.
- Desenvolvimento, ainda em curso, de processos de inscrição e de atendimento via pré-cadastro on-line e do agendamento eletrônico.
- Investimento na melhoria de espaços da sede para melhor receber a categoria.
- Melhoria de condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores do Conselho.
- Lançamento do Repositório Digital Fúlvia Rosemberg.
- Debates com a categoria sobre a participação da Psicologia nos processos de depoimento especial, para crianças e adolescentes, com reforço ao posicionamento contrário à participação da Psicologia na produção de provas e inquirição de crianças e adolescentes.
- Retomada dos espaços de discussão de pautas fundamentais como as questões de saúde complementar.

### **Objetivo estratégico: Participação, transparência e rigor na gestão**

- Investimento em acessibilidade dos espaços físicos das subsedes do CRP, contratação de intérpretes de libras nas atividades, oferta de formação em libras para as trabalhadoras do CRP SP e construção de novo site do CRP na internet,

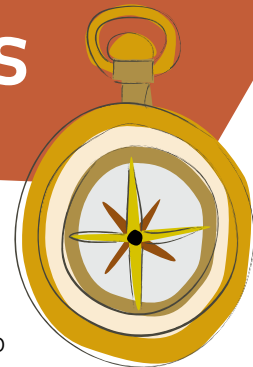
com recursos para atender às necessidade de Pessoas com deficiência.

- Estruturação da cultura de gestão democrática por meio de processos de planejamento participativo, Fóruns de Gestores e reuniões abertas.
- Aprimoramento de instrumentos e procedimentos de gestão financeira.
- Avanço na descentralização, na regionalização e na interiorização de algumas das atividades do Conselho, com destaque para adequação da subsele de Sorocaba, inauguração da Subsele Alto Tietê e aquisição de imóvel para a de Campinas.
- Aprimoramento do site como espaço privilegiado de comunicação e ampliação do uso de redes sociais.

### **Objetivo estratégico: Promoção da cidadania e diálogo com a sociedade**

- Apoio à participação das conselheiras/os, gestoras e colaboradoras do CRP SP nos conselhos de políticas sociais.
- Realização de dezenas de seminários, rodas de conversas e debates com representações dos movimentos e organizações da sociedade civil para discutir as temáticas dos direitos e a forma como o CRP SP pode atuar na defesa dos segmentos envolvidos.
- Participação em manifestações sociais em defesa de direitos, com produção de materiais, instalação de bancas, confecção de camisetas e presença de integrantes do CRP.
- Introdução de serviços como os de atendimentos clínicos, saúde suplementar, questões do trânsito e mobilidade urbana, emergência e desastres.

# ORIENTAÇÕES PARA A PROFISSÃO E A LUTA CONTRA OS RETROCESSOS



**Conjunto de resoluções aprovado no triênio ajuda a qualificar – e atualizar – o trabalho das/os psicólogas/os e reforça compromissos com os direitos humanos**

“O Sistema Conselhos tem como princípio fundamental o de que qualquer trabalho, de que qualquer prática, dentro da Psicologia, deve ser conduzido à luz dos Direitos Humanos, e atuar tendo isso em mente é uma de nossas principais responsabilidades enquanto profissionais”, defende Rodrigo Toledo, conselheiro do CRP SP. E é no sentido de reforçar essa aspiração que, anualmente, os Conselhos Federal e/ou Regional de Psicologia discutem, elaboram e tornam públicas resoluções que orientam a prática profissional. O conjunto delas, lançado no último triênio, revela o comprometimento da categoria e o fato de ela ir contra o avanço de propostas que podem representar retrocessos em relação a conquistas que levaram anos (quicá décadas) para se efetivarem (ainda que muitas, parcialmente) no Brasil. “Hoje, evidentemente, existem pressões da estrutura macro sobre os Conselhos, incluindo os de Psicologia, e há vários pontos que defendemos e estão sendo atacados, mesmo no campo jurídico”, pondera Toledo, para quem o simples fato de as decisões das/dos Psicólogas/os serem tomadas de forma colegiada contraria tendências conservadoras e/ou retrógradas que (re)aparecem com força no País.

“Como Conselho, temos como finalidades orientar, disciplinar e fiscalizar as/os psicólogas/os. O conjunto de novas resoluções tange essas ‘obrigações’. Nós as difundimos, primeiramente, por meio de um forte trabalho para informar as/os profissionais, ao produzirmos materiais ou promovermos eventos, encontros e debates sobre resoluções e as necessidades de atualização. Mas há um trabalho tão ou mais importante que esse, que é realizado pela própria categoria, espontaneamente: as/os psicólogas/os buscam o CRP SP para ampliar seu entendimento sobre as novidades, têm interesse em saber, para qualificarem e regularem o seu próprio trabalho”, explica Toledo.

Entre as resoluções que emergiram nos últimos três anos nos âmbitos do CFP e CRP SP, ele destaca quatro. Primeiramente, a CFP nº 010 /2017, que instituiu a Po-

lítica de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia. A normativa “dispõe sobre diretrizes e procedimentos da área, notadamente a estrutura e funcionamento dos órgãos do Conselho responsáveis por essas tarefas, e as atividades a eles inerentes”. A ideia foi estabelecer características fundamentais que esses órgãos, independentemente do CRP em que for instituído, devem adotar, sem, no entanto, deixar de assegurar alguma flexibilidade para que, em cada região, possam ser respeitadas idiosincrasias locais. Nas comissões atuam psicólogas/os que, como representantes legais do CRP, acumulam tarefas que incluem desde responder a questões enviadas por suas/seus colegas para dirimir dúvidas a inspecionar o exercício da Psicologia e efetuar diligências para obter informações acerca do teor de uma representação e elementos de prova, ou até averiguar indícios de infração. (Para saber mais, veja matéria à página 12).

Outra resolução aprovada no último triênio – que ganhou destaque inclusive nos canais midiáticos de grande porte – foi a referente ao emprego de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o atendimento psicológico. “A CFP 11/2018 é relevante em razão de não ser possível desconsiderar o processo de transformação tecnológica que estamos vivendo. Ela abre caminho para atendermos mais pessoas, em diversos lugares, mesmo os mais remotos, e estabelece parâmetros para garantir também a qualidade dessa prestação deste serviço”, explica Toledo. A medida estabelece, por exemplo, que a/o psicóloga/o deve, necessariamente, especificar quais recursos serão utilizados para garantir o sigilo das informações de suas/seus clientes. Dita, ainda, a necessidade de as/os interessadas/os em atender remotamente cadastrarem-se no Conselho Regional de Psicologia para obter autorização a partir de uma análise de aspectos éticos, técnicos e administrativos – quem não realiza esse procedimento comete falta disciplinar. Só no estado de São Paulo, o cadastramento já foi feito/solicitado por mais de 4,5 mil psicólogas/os.

Além disso, o documento veda o emprego das TICs em alguns casos. Por exemplo: continua obrigatório o atendimento presencial a pessoas e grupos em situações de emergência e desastres ou em casos de violação de direitos ou de violência. A Resolução também determina que a prestação de serviços psicológicos à distância deverá respeitar as especificidades e adequação de métodos e instrumentos necessários para pessoas com deficiência, conforme previsto em lei, um tema caro ao Sistema Conselhos.

## Gênero

Gênero é outro tema a que os Conselhos Federal e Regional de Psicologia, ao longo do triênio, continuaram a dar ampla atenção. Para além das campanhas desenvolvidas sobre ele, duas resoluções focam-no diretamente. A CFP 01/2018, divulgada em janeiro do ano passado, estabelece que “as psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis”. O documento foi redigido em linha com o que preconizam a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios sobre a aplicação da legislação internacional em relação à orientação sexual e identidade de gênero da Convenção de Yogyakarta (2006), os resultados da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (de 2013), e o Código de Ética Profissional das Psicólogas e dos Psicólogos. O texto destaca que, como possibilidades da existência humana, expressões e identidades de gênero não devem ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações. Também critica a cisnormatividade em razão da exclusão, patologização e violência sofridas por pessoas que não expressam e/ou não possuem identidade de gênero concordante com aquela designada no nascimento, e defende a autodeterminação.

A partir dessas diretrizes, a CFP 01/2018 resolve que psicólogas/os devem atuar em favor da eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis. Psicólogas/os não devem praticar qualquer ação que favoreça a discriminação ou o preconceito, bem como não serão coniventes nem se omitirão diante de casos desse tipo. Estabelece ainda que as/os profissionais não devem valer-se de instrumentos e técnicas da área para manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos, etc., e não participarão de pronunciamentos, inclusive nos meios de comunicação e internet, que legitimem ou reforcem essas características. Finalmente, em um tempo em que surgem discursos – e tentativas de práticas – sobre “Cura Gay”, a Resolução veda, às psicólogas e aos psicólogos, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante em suas práticas, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Soma-se à CFP 01/2018 outra resolução, publicada em março do ano passado. “A CFP 10/2018 trata da inserção do nome social da/do psicóloga/o na carteira profissional (CIP), bem como em atos e procedimentos promovidos pelos Conselhos Federal e/ou Regionais de Psicologia (CRP). Antes, o nome civil aparecia em destaque. Agora, pode-se inverter isso, ou seja, se o profissional desejar, pode colocar em evidência seu nome social. A solicitação da inclusão do nome social deve ser feita por escrito e encaminhada ao CRP, a partir de quando aparecerá em evidência não apenas na CIP, mas também nos sistemas informatizados dos Conselhos Federal e Regionais. Nos processos administrativos em que é imprescindível o uso do nome civil também passa a constar, primeiramente, o nome social, seguido da inscrição “registrada(o) civilmente como”. Para muitos, pode parecer uma simples medida administrativa, mas para transexuais e travestis a mudança é das mais relevantes. Trata-se de um reconhecimento do Sistema Conselhos à autodeterminação das/dos profissionais da categoria”, pondera Toledo.

**No triênio, o CFP lançou 21 Resoluções, e o CRP SP outras oito. Elas podem ser conferidas, na íntegra, no site do Conselho Regional de Psicologia (<http://www.crp.org/legislacao/index>) CRP SP**

# Mediação e novo CPD são destaques no período 2016-2019

## *Sobressaiu também a nova Resolução sobre documentos escritos*

O Código de Ética baliza a atuação de todas/os as/os profissionais da categoria. O aperfeiçoamento de resoluções que permitam acompanhar de forma permanente e qualificada seu cumprimento, bem como garantir a celeridade no trâmite das ações relacionadas à violação de suas premissas, é um esforço constante no Sistema Conselhos. No último triênio, avanços importantes foram registrados e incluíram, de forma destacada, o estabelecimento da Mediação como forma de buscar a solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos. Em 21 de junho de 2016, o CFP publicou a Resolução CFP nº 007/2016, fruto de amplos debates com a categoria, que instituiu e normatizou o uso da metodologia e regulamentou a criação de Câmaras de Mediação no âmbito das Comissões de Ética pelos Conselhos Regionais de Psicologia. Os CRPs puderam decidir, cada um deles, por meio de resolução própria, como seriam organizados esses novos órgãos, comprometendo-se, no entanto, a seguir os termos-chave da Resolução. Em agosto do mesmo ano, o de São Paulo – considerando decisão unânime na 1923ª Plenária Ordinária, realizada no dia 30 de julho de 2016 – o fez por intermédio da Resolução CRP 06 nº 001/16.

O documento determinou que a Câmara deve ser

composta por coordenadora/coordenador, coordenadora/coordenador adjunta/o e, pelo menos, uma/apoiadora/apoiador técnica/o, uma/um apoiadora/apoiador administrativa/o e uma/um apoiadora/apoiador jurídica/o, além das/os mediadoras/es (independentes) e um Conselho Consultivo. “O que a gestão que está chegando ao fim no CRP SP fez foi colocar as coisas em prática, e hoje a Mediação já é uma realidade”, sintetiza Rodrigo Toledo, coordenador da Câmara. Segundo ele, a proposta da mediação reflete uma estratégia de tentar lidar de uma forma mais ágil com os processos – cujo prazo médio de resolução, hoje, é de cinco anos a partir da abertura – e, ao facilitar o diálogo entre as partes envolvidas, priorizar uma ética de responsabilização em lugar de adotar práticas punitivas.

Os mediadores são voluntários e têm o papel de ajudar as partes envolvidas em uma ação a compreender os pontos abordados e, a partir da comunicação, buscar soluções que sejam consensuais e favoráveis a todos os envolvidos, o que incluiu reparo de danos e reestabelecimento de relações, se for o caso. Hoje, no CRP SP, 11 pessoas assumem essa tarefa. Elas são de diferentes áreas, incluindo Direito, Assistência Social e Psicologia, e atuam sob a coordenação da Câmara, que verifica os casos em que

existe a possibilidade de solução por meio da metodologia. Entre os pré-requisitos para ser um mediador estão: ter concluído uma graduação há pelo menos dois anos – em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – e formação em Mediação, observando os parâmetros mínimos do Conselho Nacional de Justiça. Os acordos celebrados por essa via são reconhecidos pelo sistema jurídico brasileiro e os processos em que a prática é adotada podem ser encerrados após a homologação em plenária, contendo valor executivo extrajudicial. A mediação pode ser demandada tanto por quem apresentou uma representação quanto pela/o psicóloga/o, em qualquer fase de tramitação do processo.

Atualmente, é na sede do CRP SP, na capital paulista, que se concentram os mediadores. “A ideia é, nos próximos períodos, promovermos uma descentralização”, diz Toledo, que está envolvido na disseminação do tema em todas as subseções do Conselho no Estado. Desde 2017, uma das ações da CAM COE tem sido percorrer as unidades e promover oficinas sobre Mediação – uma “caravana” que se encerrou em agosto deste ano.

A experiência do CRP SP já motivou convite de Conselhos de outras categorias interessadas em adotar a solução. Em maio deste ano, por exemplo, psicólogas/os foram convidada/os a compartilhar informações com representantes do conselho de Odontologia, de São Paulo.

## Código Processual

Desde julho, as/os psicólogas/os passaram a ter de respeitar o novo Código de Processamento Disciplinar (Resolução 11/2019) da categoria – que “disciplina os trâmites processuais e trata dos processos ordinários, funcionais e éticos”. A versão atualizada do documento foi aprovada em 15 de dezembro do ano passado, em plenária da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), na sede do Conselho Federal de Psicologia. As discussões para a elaboração do Código iniciaram-se em

2016 com a constituição de um Grupo de Trabalho dedicado, e tiveram impulso a partir de outubro de 2017, quando foram recebidas contribuições dos Conselhos Regionais e redigida, de forma preliminar, a nova estrutura do CPD, com auxílio de consultoria jurídica. O objetivo da revisão foi modernizar o Código para incorporar temas como o uso de recursos eletrônicos e sistemas informatizados nos processos, ou ainda o já abordado nesta matéria procedimento de Mediação, tema do Livro VII do documento. A linguagem utilizada também foi simplificada, além de ter sido adicionado um glossário com o significado dos termos técnicos, garantindo maior compreensão para o profissional e para a sociedade.

## Escritos

Também neste ano, o CFP atendeu outra demanda da categoria ao definir novas regras para a elaboração de documentos escritos produzidos no exercício profissional. A Resolução nº 006/2019 substitui a anterior, de 2003, que versava sobre o tema. “É uma medida muito importante, já que um número expressivo de casos éticos se relaciona a problemas na redação de laudos, relatórios, etc. O objetivo é que, ao seguir as novas diretrizes, haja uma qualificação na produção de

documentos. Hoje, há profissionais que acabam produzindo-os de forma pouco sustentada na ciência psicológica, ou seja, não consideram ou incorporam o conhecimento já produzido nas avaliações, e isso pode ocasionar problemas diversos”, explica Toledo.

A nova resolução passou a vigorar em julho deste ano, e, a partir de então, toda e qualquer comunicação por escrito, decorrente do exercício profissional da/o psicóloga/o, deverá seguir suas diretrizes, que detalham os seguintes tópicos: Princípios fundamentais na elaboração de documentos psicológicos; Modalidades de documentos; Conceito, finalidade e estrutura; Guarda dos documentos e condições de guarda; Destino e envio de documentos; Prazo de validade do conteúdo dos documentos; e Entrevista devolutiva.

**Desde julho, as/os psicólogas/os passaram a ter de respeitar o novo Código de Processamento Disciplinar (Resolução 11/2019) da categoria – que “disciplina os trâmites processuais e trata dos processos ordinários, funcionais e éticos”. A nova versão contempla temas como o uso de recursos eletrônicos e sistemas informatizados de mediação**

# Zelo pela categoria e pela sociedade

## Comissões de Orientação e Ética e Orientação e Fiscalização trabalham para assegurar qualidade no atendimento à população e melhores condições de trabalho para as/os Psicólogas/os

**E**m maio deste ano, 13 novas/os psicólogas/os concursadas/os incorporaram-se aos times das Comissões de Orientação e Ética e de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Psicologia em São Paulo. O grupo juntou-se a outras/os 14 colegas para atender às demandas sobre orientações e receber denúncias das/os – e/ou sobre as/os – mais de 150 mil profissionais registrados no CRP SP. A reposição é fundamental em razão do crescimento no número de processos éticos e solicitações – de informações ou mesmo de fiscalização – registrados. Os casos na COE, por exemplo, praticamente triplicaram em curto tempo, e hoje já totalizam mais de 700. Na COF, só este ano, as demandas passam de 7,7 mil. “No caso da COE, o aumento no número de processos éticos poderia ser interpretado sob uma perspectiva ruim, por exemplo, mas não vejo assim. Isso significa que as pessoas estão tendo mais conhecimento sobre seus direitos e acesso a nós. Antigamente, havia uma espécie de elitismo, mas agora as representações chegam de pessoas de todas as classes, mesmo de analfabetos e/ou de quem está no sistema prisional”, pondera a supervisora do órgão, Luciana Liberati Mantovani, que há 15 anos trocou a carreira na iniciativa privada, em que trabalhava na área de Recursos Humanos, pela no Conselho. Ela foi uma das pioneiras também na atividade de fiscalização, a que se dedicou inicialmente após passar em concurso, tendo sido responsável por ajudar na criação e formatação de processos para a área.

“O que sempre é importante ressaltar sobre o nosso trabalho é o fato de ele envolver, sim, o acolhimento de denúncias e a realização de fiscalizações, mas ser, principalmente, de orientação, de parceria com as/os psicólogas/os. Nós estamos aqui para auxiliá-los”, destaca Gisleine Rede, que integra a COF e há 13 anos está no CRP. A supervisora da Co-

missão de Orientação e Fiscalização, Karen Dotto, 42, corrobora a afirmação da colega. “Aqui todos tomam ciência do fato de que nossa atividade não tem um caráter ‘policialesco’, mas de orientação. O que nos dá satisfação para trabalhar é justamente o fato de estarmos aqui para ajudar, tanto as/os profissionais da categoria, como a população. O mais gratificante está nisso: a possibilidade de contato com várias áreas da Psicologia e, também, saber que estamos contribuindo com a sociedade”, descreve. Ela destaca o empenho e a dedicação da equipe. “O trabalho muitas vezes envolve situações difíceis, o que inclui, por exemplo, ter de fazer diligências para fiscalizações em lugares remotos e/ou mesmo perigosos”, conta.

### Tarefas

A Comissão de Orientação e Fiscalização tem caráter permanente e trabalha na elaboração de respostas de orientação à população e às/aos psicólogas/os, além de realizarem a fiscalização dos serviços prestados para a categoria, apurando possíveis irregularidades, como o exercício ilegal da profissão ou, ainda, o uso inadequado de técnicas/ferramentas da Psicologia. O trabalho inclui, em alguns casos, a realização de diligências para verificar denúncias *in loco*. Hoje, uma das principais demandas – em volume – da equipe, refere-se aos pedidos de profissionais para prestarem atendimentos a pacientes via internet. O número de solicitações – que precisam ser avaliadas sob aspectos administrativos, éticos e técnicos – já superou 4,5 mil desde 2018, quando publicada Resolução do CFP a respeito do tema. Outra tarefa realizada pela equipe é a de analisar e dar andamento a pedidos de certificados de especialização de Psicólogas/os, para inclusão desse item na Carteira de Identidade Profissional. Em razão do grande volume de trabalho, quem atua na COF acaba

dividindo as “pastas” entre si, ou seja, as pessoas são responsáveis por responder a pedidos de orientação e/ou realizarem fiscalizações de acordo com temas específicos. “Os pedidos por orientações são bastante variados, e por isso exigem um conhecimento amplo das Regulamentações da categoria”, afirma Karen. Um exemplo de pedido comum refere-se à relação psicólogo-paciente: profissionais ligam para sanar suas dúvidas a respeito da confidencialidade de informações em caso de haver relatos de violência ou abusos. Daniel Luiz Magalhães Souza, 51 anos e 11 anos de “casa”, ressalta ainda que a equipe – como é o seu caso – também presta assessoria interna no CRP, auxiliando, por exemplo, os Núcleos Temáticos na formulação de textos e enriquecendo os debates.

A Comissão de Orientação e Ética, por sua vez, é um órgão auxiliar e consultivo do CRP SP em questões de ética profissional, para que seja garantido o bom exercício da Psicologia. Uma vez indicada possível infração ao Código de Ética Profissional, sua

equipe analisa e verifica as responsabilidades e recomenda ao Plenário do CRP SP o arquivamento ou instauração de processo ético-disciplinar (nesses casos, indica também o(s) preceito(s) infringido(s)). Desde o início da prática de Mediação (veja matéria à página 15), a COE também sinaliza casos em que essa metodologia pode ser empregada sem prejuízo – e com a concordância – das partes envolvidas. A equipe presta, ainda, assessoria a outros órgãos do CRP SP, e também faz o acompanhamento, por exemplo, dos Editais de concursos que de alguma forma tangem a área – averiguando, por exemplo, a compatibilidade de salários oferecidos – e dos Processos Legislativos de interesse das/dos psicólogas/os. Atualmente, por exemplo, a Comissão acompanha a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 108/2019, elaborada pelo governo Bolsonaro, que pode representar a extinção dos conselhos profissionais ao definir que a filiação a eles deve ser opcional, diferentemente da exigência atual, o que poderia significar uma redução



De cima para baixo, da esquerda para a direita: Luciana Liberati Mantovani (2004-atual), Clarisse Galvão de Castro (recém-chegada), Érika Murata Kanashiro (recém-chegada), Rafaela Abreu Souza dos Santos (recém-chegada), Rafael Nogueira Furtado (recém-chegado), Karen Meira Dotto (2007-atual), Camila Alves Innecco (recém-chegada), Luiza Figueiró Petry (recém-chegada) e Gislene Rede (2006-atual)  
Foto: Carolina de Góes

substancial de arrecadação dessas entidades e inviabilizar o trabalho de regulação e fiscalização das respectivas atividades. “Esse tema precisa ser sempre resgatado, porque o fim dos Conselhos abre espaço para a atuação de profissionais irresponsáveis ou pouco capacitados, o que é um prejuízo enorme para a categoria – já que trabalhamos tanto para colocar a Psicologia em evidência na vida das pessoas – e para quem precisa recorrer a ela”, analisa Luciana.

## Qualificação

Massumi Kamimura Mashimo, há 12 no CRP, destaca também o esforço que está sendo feito para qualificar e agilizar as atividades dos órgãos. No momento, a equipe da COF testa em campo um aplicativo que está sendo desenvolvido há três anos para facilitar o trabalho de fiscalização. Com a novidade, as/os profissionais conseguem preencher os formulários de visita diretamente em formato digital, e uma cópia é disparada automaticamente para o e-mail das pessoas envolvidas. Além disso, é possível acessar de forma fácil e rápida as resoluções e leis relativas à atuação das/dos psicólogas/os, o que também favorece o preenchimento e o esclarecimento de dúvidas.

Luciana ressalta outros movimentos importantes nos últimos anos. O primeiro deles, um processo de descentralização dos órgãos, hoje presente em todas as subseções do CRP. “Ainda precisamos avançar mais, como, por exemplo, levar os julgamentos dos casos às regionais. Mas, no mínimo, esse movimento já contribuiu para estimular o debate sobre ética em todos os espaços do CRP”, avalia. Nas subseções, no entanto, normalmente as pessoas dedicam-se às duas comissões simultaneamente. Outro ganho relativamente recente – que diz respeito à COE, especificamente – foi o estabelecimento do processo de Mediação (veja matéria à página 12), que pode representar tanto um ganho de agilidade para resolução de casos como contribuir para mitigar uma “cultura punitiva” e fortalecer o diálogo e a responsabilização voluntária.

## Novos colaboradores

Para a recém-ingressa Gabriele da Silva Freire, de 31 anos, que atua na COF algumas mensagens, telefonemas ou atendimentos presenciais são “duros”, mas, sempre acontecem interações que tornam o trabalho gratificante. “Há quem no final do atendimento mostra o quão satisfeito ficou, ressalta a importância das orientações recebidas, e isso faz a gente ganhar

o dia”, conta. Rafaela Abreu Souza dos Santos é outra novata no grupo da COF, e decidiu fazer o concurso – e trocar o Rio de Janeiro por São Paulo – atraída tanto pela estabilidade empregatícia que o processo seletivo garante, quanto pelo seu grande interesse por temas relacionados à ética e boas práticas no exercício da profissão. Erika Murata Kanashiro Nishimura, 39 anos, destacou o processo de integração pelo qual passaram ao ingressarem definitivamente no CRP. “Foi importante para conhecermos bem o Conselho e suas atividades, e também escolhermos onde queríamos ser alocados, já que foi depois disso que optamos pela COF ou pela COE”, conta. Ela ingressou na Comissão de Orientação e Ética. Rafaela também gostou da experiência: “foi muito bom também conhecer as pessoas que trabalham aqui na sede, mas também nas unidades do interior, para trocar ideias e experiências”, narra.

## As equipes das COE e COF

Nome	Sede ou Subseção
Adriane Bortoleto de Oliveira	Ribeirão Preto
Andrea Gobato Quintavalle	Sorocaba
Camila Alves Innecco	Sede – COF
Christina Helena de Campos Zeppini	Sede – COF
Clarisse Galvão de Castro	Sede
Cristiane Manechini Diman Pegoraro	Bauru
Daniel Luiz Magalhães Souza	Sede – COF
Erika Murata Kanashiro Nishimura	Sede – COE
Fernanda Carla de Moraes Augusto	Baixada Santista
Gabriele da Silva Freire	Sede – COF
Gisleine Rede	Sede – COF
Juliana dos Anjos Correa Lima	Taubaté
Karen Meira Dotto	Sede – COF
Karina Torri Delgado Marinho	Campinas
Livia Felipe Dalberto	Campinas
Livia Necchi Firmino Coelho	S.J.R. Preto
Luciana Liberati Mantovani	Sede – COE
Luiza Figueiró Petry	Sede – COF
Mariana Ceciliato de Carvalho	Assis
Mariana Satie Kitahara	Sorocaba
Melissa Neves Sandrin	Sede – COF
Patricia Gomes Ramalho	Sede – COE
Rafael Nogueira Furtado	Sede – COE
Rafael Santos Barboza	ABC
Rafaela Abreu Souza dos Santos	Sede – COF
Rodrigo de Souza Araujo	Alto Tietê



# Resolução CFP nº 01/99: uma conquista importante para a Psicologia brasileira

Ana Mercês Bahia Bock<sup>1</sup>

**S**empre me sinto muito honrada quando me pedem para escrever sobre a Resolução CFP nº 01/99, pois está nela minha assinatura. Mas quero começar este texto afirmando que minha assinatura representa, naquele texto, um conjunto de milhares de profissionais que, à época, estavam registrados nos 15 Conselhos Regionais de Psicologia (hoje 24 CRPs) e que responderam positivamente ao convite para debater uma proposta de resolução sobre a questão da orientação sexual das pessoas atendidas pelas/os psicólogas/os. A Resolução foi proposta pela Plenária do CFP (que havia tomado posse em dezembro de 1998) à Assembleia de Políticas, Administração e Finanças do Sistema Conselhos (APAF), e, durante um ano, foi debatida nos diversos regionais. Eventos, grupos de conversa, debates, publicações, matérias nos jornais dos regionais, mesas em eventos no campo da Psicologia, enfim, uma série de possibilidades de acesso ao conteúdo proposto foi desenvolvida, envolvendo muitos profissionais. O CFP buscou, ainda, referências internacionais que pudessem fundamentar o que se estava propondo e essa consulta demonstrou que já havia um grande avanço, em vários países da Europa e nos EUA, em especial, em relação à compreensão sobre os comportamentos e práticas homoeróticas (como se considerou correto denominar à época). A Organização Mundial da Saúde era a referência mais consistente; os Direitos Humanos também faziam coro com a OMS e exigiam o respeito e a aceitação desses comportamentos, práticas e orientação. Não havia dúvida: a Psicologia brasileira deveria avançar no sentido de sua atualização e o CFP deveria aprovar resolução

proibindo outras compreensões fundamentadas em crenças religiosas e não na ciência. Assim, a Resolução CFP nº 01/99 tem essas duas bases: foi ampla e democraticamente discutida e significou uma atualização da Psicologia brasileira com as referências internacionais no campo dos Direitos Humanos e da Saúde.

Mas qual é a história da resolução? Em 1998, tomamos posse no CFP e recebemos uma mensagem do Movimento Gay da Bahia, em que seu presidente Luiz Mott nos enviava anúncio de um evento religioso que ocorreria em Minas Gerais, propondo-se a “curar” gays com a ajuda de um profissional psicólogo. Mott solicitava providências do CFP, mas nós nos demos conta de que não possuíamos nenhum instrumento que afirmasse a proibição desse tipo de atuação profissional. Nosso Código de Ética não se mostrou suficiente para isso. Então, convocamos profissionais psicólogas(os) que atuavam em clínica, educação e saúde e tivessem uma relação profissional especializada no campo da orientação sexual. Profissionais foram indicados após consulta às suas contribuições e atuações, assim como a seu reconhecimento social e profissional. Eram profissionais que atuavam no Hospital das Clínicas de São Paulo, com atendimento aos pacientes de cirurgias de redesignação sexual; em grupo de pesquisa em educação com trabalho de orientação sexual nas escolas públicas de São Paulo; e em consultórios particulares, acumulando reconhecimento pelo trabalho nesse campo. Damos a eles a tarefa de produzir fundamentação e, se fosse o caso, propor texto para uma resolução disciplinadora do exercício profissional em relação à temática da orientação sexual.

O texto proposto por esses profissionais foi então entregue, na APAF, aos Conselhos Regionais que tinham a tarefa de fazer a consulta à categoria, pois reconhecia-se a originalidade da iniciativa e possíveis tensões ou polêmicas. Para a surpresa de todos, ele foi muito bem aceito e poucas coisas foram modificadas no texto original, permitindo que a APAF, de dezembro de 1998, aprovasse a proposta da resolução e tendo a plenária do CFP a aprovado em 22 de março de 1999. A ementa que a apresentou foi redigida como: “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”. Em suas considerações, afirmou-se que a Psicologia é uma profissão de saúde e é importante sua atuação para superação de preconceitos e discriminações; que homossexualidade não se constitui como doença, nem distúrbio e nem perversão, acompanhando o avanço mundial da ciência e dos Direitos Humanos; reconheceu-se que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida socioculturalmente e que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade. As considerações da Resolução eram claras, seguras, atuais e ofereciam respaldo à decisão que vinha no texto seguinte, em que o CFP resolveu e, com isso, normatizou as práticas das/dos profissionais em Psicologia, exigindo cumprimento das regras éticas que disciplinam a não discriminação e a promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade; que indicam a contribuição da Psicologia para o desaparecimento de discriminações e estigmatizações das pessoas que apresentam comportamentos ou práticas homoafetivas. Colocava-se fim a qualquer atuação que favorecesse a patologização dessas condutas e as ações coercitivas, até então desenvolvidas por profissionais da Psicologia. Tornava-se proibido participar de eventos que propusessem tratamento ou cura das homossexualidades e o pronunciamento nos meios de comunicação ou em eventos públicos que reforçasse preconceitos.

E a resolução saiu para o mundo. O CFP recebeu prêmios pela iniciativa, tanto no âmbito do movimento gay quanto dos Direitos Humanos; estivemos em mui-

tas revistas e jornais no Brasil todo; a resolução foi traduzida para o espanhol, francês e inglês, e fomos convidados pela Associação Americana de Psicologia (APA) para um evento em São Francisco, Califórnia (EUA), onde apresentamos e debatemos a resolução. Recebemos cumprimentos de entidades de outros países da América Latina e da Europa e de entidades brasileiras de outras profissões. Recebemos um questionamento apresentado pelo Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC), para o qual respondemos marcando um encontro entre nossas diretorias. Tivemos uma excelente reunião com dirigentes do CPPC e, juntos, realizamos um grande evento sobre Psicologia, Ciência e Religião, em São Paulo.

As discordâncias foram então aparecendo no decorrer desses 20 anos. Até mesmo um projeto de lei foi apresentado na Câmara Federal como recurso para derrubar a resolução. Mas ela vem se mantendo, mostrando sua adequação e necessidade. Em 2018, o CFP publicou nova resolução complementar, nº 1/2018, que “Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis”.

Os argumentos que embasam as críticas são todos de natureza religiosa e a ciência avança no sentido contrário delas, afirmando a superação das visões patologizantes da homossexualidade.

A Psicologia tem orgulho de sua iniciativa. Está atualizada com as pesquisas científicas do campo, além de se posicionar com firmeza pelos Direitos Humanos. “A forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade” (Resolução CFP nº 01/99). Não há cura para o que não é doença. É preciso aplaudir a ousadia da Psicologia. Parabéns, Psicologia!

PS: Espero que tenham compreendido o motivo do meu orgulho em ver minha assinatura na resolução CFP nº 01/99 e a força que a iniciativa democraticamente reuniu.

**Os argumentos que embasam as críticas são todos de natureza religiosa e a ciência avança no sentido contrário delas, afirmando a superação das visões patologizantes da homossexualidade**

**<sup>1</sup>Ana Mercês Bahia Bock, CRP SP 2771. Foi presidente do CFP de 1997 a 1998; 1998 a 2001; 2004 a 2007.**



# SUZANO BUSCA SOLUÇÕES PARA CICATRIZAR (E EVITAR NOVAS) FERIDAS

*Morte de estudantes da Escola Estadual Raul Brasil explicita a necessidade de aproximação entre áreas como as da Saúde e Educação*

**D**ulcineia Gomes Sena Ramos é coordenadora de Saúde Mental de Suzano (SP), município que ficou marcado pelo triste episódio na Escola Raul Brasil, em 13 de março desse ano. Nesta data, seis estudantes e dois funcionários foram mortos em uma tragédia envolvendo dois ex-alunos armados, que foram vítimas de suicídio em seguida. Ela não hesita em definir a tragédia como o caso “mais difícil” com o qual se deparou ao longo de seus 29 anos de carreira. “Não é apenas o caso mais árduo como psicóloga, mas especialmente como cidadã e, no meu caso, como gestora”, diz ela, que contou ao Jornal PSI como o município está tratando de (re)agir em relação ao tema, no sentido de definir estratégias e planos para evitar que eventos do tipo se repitam. “Nossa expectativa é de que, com toda essa dor, possamos ao menos tirar lições e dar atenção a aspectos que são costumeiramente negligenciados não apenas aqui. Estamos construindo uma ponte e andando sobre ela”, define Dulce, como é conhecida no município, se referindo aos desafios que repre-

senta um caso excepcional como o vivido na cidade da Região Metropolitana de São Paulo.

Ela acredita que não exista município brasileiro preparado para uma tragédia como a da Escola Raul Brasil. “Há de se considerar também que, nos últimos anos, temos convivido com um desinvestimento no setor de saúde pública em todo o País, o que representa fragilidade. Isso se traduz, por exemplo, no fato de que contamos – assim como outras cidades – com uma equipe dedicada à saúde mental reduzida. Isso é um problema, ainda que, ao mesmo tempo, por estarmos nessa condição, tenhamos aprendido – e continuamos aprendendo – a pensar estratégias para conseguir lidar com essas limitações e superá-las”, avalia.

A coordenadora ressalta que, apesar das dificuldades, o município de Suzano obteve avanços importantes nos últimos anos no que tange à consolidação de uma rede dedicada à saúde mental. Hoje, ela é integrada por quatro unidades do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), um “Consultório de Rua”, dedi-

cado à população sem teto, e dez Unidades Básicas de Saúde (UBS), com equipes psicossociais. Em 2018, ganhou ainda uma Residência Terapêutica. “A consolidação dessa rede foi fruto de uma construção coletiva”, destaca.

### Do imediato ao perene

Dulce conta que a proximidade existente entre as/os profissionais que atuam na rede municipal contribuiu muito para a agilidade no atendimento às vítimas – diretas e indiretas – da tragédia no mês de março. “Fazemos gestão compartilhada, e muito rapidamente as pessoas estavam mobilizadas”, aponta.

Um dos CAPs no município, o Alumiar, fica a apenas 50 metros da Raul Brasil. “A proximidade geográfica permitiu que já nos primeiros minutos nossa equipe acolhesse os estudantes que saíam da escola. As/Os próprias/os profissionais, quando perceberam o que estava acontecendo, passaram a acionar seus pares e rapidamente todos estavam lá para dar suporte – pelo menos o básico – às vítimas e suas famílias e converter a unidade em um espaço de acolhida”, relata.

O Alumiar, nos primeiros 15 dias após a tragédia, concentrou os atendimentos aos afetados. O apoio oferecido incluiu o acompanhamento de familiares

ao Instituto Médico Legal e aos velórios. Também foram feitas vistas domiciliares àqueles que não conseguiam, por algum motivo relacionado ao trauma do ato violento, sair de suas residências. “Simultaneamente, as outras unidades acolhiam as demais demandas de saúde mental, e depois das duas primeiras semanas, retomamos à normalidade possível no atendimento à rede”, diz Dulce.

Ela destaca também o trabalho de psicólogas/os e outras/os profissionais voluntárias/os, que estiveram presentes nos primeiros 15 dias após a ocorrência. A participação delas/es foi encerrada após esse período por questões legais e éticas – Suzano ainda não tem uma Lei de Voluntariado. “As universidades da região tiveram um papel importante ao oferecerem os espaços de suas clínicas e os professores capacitados para ajudarem”, relata.

Passado esse período inicial, segundo Dulce, consolidou-se a convicção sobre a necessidade de pensar estratégias de médio e longo prazos para tratar a dor e evitar novos episódios violentos. É isso o que está sendo construído agora. Intensificaram-se as conversas com os gestores e com as Secretarias de Educação e Saúde do Estado, e daí surgiu o convênio com o governo de São Paulo. Ele viabiliza a contratação de 47 psicólogas/os para atuar em Suzano, das/os quais seis são especializadas/os na área de edu-



Culto Ecumênico realizado na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano - Foto: Governo do Estado de S. Paulo



cação. As/os 41 profissionais já contratadas/os chegaram à cidade para começar a atuar em julho – as/os demais ainda estão sendo selecionadas/os. Elas/es foram alocados em serviços públicos de saúde e educação, incluindo a própria Escola Raul Brasil, a Diretoria de Ensino regional, UBSs e CAPs.

## Coletivos

As/os novas/os psicólogas/os de Suzano foram recebidas/os em uma Semana de Acolhimento. Professoras/es da Universidade de São Paulo (USP) e profissionais e servidoras/es do município – incluindo secretárias/os – participaram das atividades, compondo um quadro com formação multissetorial. “Quisemos apresentar do macro para o micro, mostrar o que Suzano oferece em termos de equipamentos da cultura, esporte e assistência social – além dos da Saúde e Educação – para as/os recém-chegadas/os, e, assim, possibilitar o diálogo para a construção de um plano que contemple visões amplas. Juntos pensamos também sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), com seus desafios e avanços, sobre políticas municipais, etc. Houve um momento mais formativo, conduzido por professoras/es da USP, sobre estratégias de manejo em grupo, já que pretendemos que grande parte das ações desenvolvidas seja coletiva”, descreve Dulce.

As unidades em que as/os profissionais estão alocadas/os estão divididas em regionais, onde se situam várias escolas, e a ideia é levá-las/os – assim como aquelas/es que já atuavam antes no município – para dentro dos educandários, inaugurando uma aproximação que possa, de fato, ser fonte de promoção de saúde dentro desses espaços. “Ao longo da semana, pensamos em parceria e começamos a

construir um plano de ação para os próximos meses. Teremos encontros mensais com as/os profissionais da saúde e da educação para construirmos novos saberes e formatar as iniciativas, com a troca de conhecimentos entre todos”, detalha a coordenadora.

Na primeira quinzena de trabalho, as/os novas/os contratadas/os foram a campo para mapear os territórios onde atuam e conhecer e pensar formas de explorar os recursos formais e informais existentes, reconhecer as principais demandas e projetar os próximos passos.

## Proximidade

“Embora muito triste e trágico, o que ocorreu na Raul Brasil traz aprendizados importantes. Por exemplo, deixa em evidência a distância com que os temas da Educação e da Saúde têm sido tratados e que a proximidade entre eles é fundamental para promovermos efetivas transformações”, avalia a psicóloga, para quem outras áreas devem ser envolvidas nos projetos que forem adiante, incluindo as de cultura e de esportes, uma exigência para colocar em prática as ideias que estão surgindo para a cidade. Dulce diz ficar satisfeita com o fato de a Psicologia ser cada vez mais reconhecida socialmente, mas que isso não deve ofuscar a vitalidade de explorar múltiplos saberes e áreas de conhecimento de forma simultânea. “A contratação dos psicólogos foi evidentemente muito importante, mas também é preciso pensar em ampliar o quadro de terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outras/os profissionais que atendem à saúde mental”, defende.

Uma das preocupações latentes entre as/os envolvidas/os é a de não patologizar a população. A ideia é fugir do perigoso modelo de “diagnóstico e medicalização”, indo na direção contrária: promover ações coletivas, como rodas de conversa e oficinas com as comunidades e as escolares, em especial. “Talvez esse episódio seja uma fonte para imaginar novas políticas públicas intersetoriais, consolidar um trabalho em rede de fato, e, inclusive, ressaltar a importância da presença de psicólogos educacionais nas cidades. Para (re)pensarmos a potência dos grupos e ações coletivas e o sofrimento de adolecer e as novas formas de manifestações de sofrimento psíquico. Não queremos limitar as ações a atendimentos individualizados nem aumentar a demanda por eles, mas promover, efetivamente, a saúde mental das pessoas”, esclarece Dulce. Enfim, da dor, fazer nascer cenário e atitudes positivos.

## Compromisso ético

**O CRP SP esteve presente orientando e apoiando as/os psicólogas/os das redes de Assistência Social, Saúde, Educação e Emergências e Desastres, assim como manifestando solidariedade aos munícipes.**

# Contra o capacitismo e pela acessibilidade

*Oficinas em todo o estado de São Paulo sensibilizaram e orientaram sobre preconceitos e desafios enfrentados por Pessoas com Deficiência*



O desconhecimento sobre o que significa “capacitismo”, também por parte de número significativo de psicólogas/os e trabalhadoras/es vinculadas/os ao Conselho Regional de São Paulo, é argumento suficiente para justificar as Oficinas Modelo Social de Deficiência realizadas ao longo dos últimos meses em todas as unidades da entidade. “Temos como meta erradicar qualquer tipo de preconceito. E o capacitismo é aquele contra pessoas com deficiência. Podemos fazer um paralelo entre ele e o racismo estrutural, pois também é bastante presente na sociedade e muitos desconhecem suas implicações, seus efeitos psicossociais. Promovemos várias ações com o objetivo de eliminar barreiras físicas e atitudinais que limitam a participação das – ou afastam as – Pessoas com Deficiência, e as Oficinas foram mais uma forma de tratar do tema e contribuir para avançarmos”, define

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, coordenadora do Núcleo de Defesa de Direitos: Psicologia e Deficiência.

O conceito de “capacitismo” foi um dos principais assuntos abordados e debatidos ao longo das edições dos eventos, conduzidos por uma consultoria especializada contratada para levar mais conhecimento e sensibilizar os participantes a respeito. “As oficinas foram um excelente espaço para o debate e para alinhar todo mundo, criar uma base, um ponto de partida em comum para todas as pessoas do CRP sobre o tema e outros aspectos relacionados a ele. Foi muito importante para pensarmos inclusive no quanto estamos ou não preparados, em termos de estrutura física ou recursos humanos, para prestar um bom atendimento às pessoas com deficiência”, avalia Karen Meira Dotto, supervisora da Comissão de Orientação e Fiscalização, que integrou a atividade na sede do CRP em São Paulo.

A psicóloga Mírian Carolina Valente Ferreira, colaboradora do Conselho e pesquisadora sobre o tema da deficiência, que participou da Oficina em Bauru, menciona que mesmo que no Brasil já exista uma legislação referente ao capacitismo, ele ainda é uma incógnita para muitas/os, incluindo as/os profissionais da área. “Nesse sentido, os eventos foram muito importantes ao colocarem pessoas pela primeira vez em contato com essa realidade. Foi uma atividade que promoveu muito a reflexão sobre como o capacitismo está presente na sociedade e se insere em práticas que, às vezes, pensamos que não se relacionam a ele”, avalia. As oficinas foram ricas por casarem perfeitamente partes teóricas com exercícios práticos e lúdicos. “Um exemplo banal, que muitos deixam passar: achar que ao chamar uma pessoa com deficiência de “anjo iluminado” estão fazendo um elogio, quando na verdade a estão desumanizando. Isso é um claro exemplo de capacitismo não percebido. Os frutos dessas oficinas, assim como de outras atividades, certamente aparecerão de diversas formas ao longo do tempo”, considera Mírian, para quem a escolha da expressão “Modelo Social de Deficiência” também foi adequada para tratar o tema. Ele refere-se a um conceito que reflete entendimentos compartilhados pela maior parte das/os psicólogas/os, e é um contraponto ao denominado “Modelo Médico”, ao tratar a deficiência como uma construção social, e não um problema de uma pessoa, de um indivíduo. “O Modelo Social defende uma perspectiva não patologizante ou de medicalização”, resume Mirnamar.

Para Ivana do Carmo Souza, conselheira do CRP SP e coordenadora na Subsele Sorocaba, eventos como as oficinas sobre Modelo Social de Deficiência ajudam a mudar mentalidades e a promover novas atitudes que parecem pequenas, mas não são, como as de um emprego correto do vocabulário. “O capacitismo reverbera em nossas falas, inclusive. Do mesmo jeito que no CRP trabalhamos para eliminar palavras racistas,

precisamos focar naquelas que realçam o preconceito em relação às pessoas com deficiência”, avalia.

Dentre as formadoras das oficinas há uma psicóloga surda, o que possibilita trocas mais significativas sobre a vivência, as dificuldades e os preconceitos oriundos do capacitismo. “É importante transmitir mensagens e conhecimentos. Além disso, percebemos o quão importante é prover recursos necessários. No caso, conhecemos um novo equipamento, utilizado para que ela pudesse participar e conduzir as atividades”, diz Ivana, em uma referência ao uso da estenotípia para a participação da instrutora Anita Gonçalves.

## Adaptações

Além de abordar o capacitismo e o Modelo Social de Deficiência, as oficinas trouxeram à luz temas das Sete Dimensões da Acessibilidade, Acessibilidade atitudinal e comunicacional e Desenho Universal (veja ao lado as definições). A atividade – com oito horas de duração – também despertou as/os participantes para um olhar mais atento em relação às instalações físicas da sede e das subsele do CRP, que devem estar cada vez mais bem preparadas para atender a esse público. Em Sorocaba, onde o Conselho adquiriu um imóvel para abrigar a unidade, várias reformas foram feitas para deixá-la apta a receber todas as pessoas, com acessibilidade universal, sejam psicólogas/os ou não. “Foram várias as lições. Até mesmo sobre como abordar uma pessoa com deficiência e o fato de quão importante é, sempre, perguntar para ela se ela quer ajuda e como devemos fazer para auxiliá-las, em lugar de tentar assumir que sabemos o que é melhor para elas. Outra lição importante foi a de que não devemos generalizar as condições das pessoas. Por exemplo: dois surdos podem ter necessidades e capacidades muito diversas entre si”, explica Karen, para quem as oficinas são importantes para multiplicar os conhecimentos, sensibilizar e orientar as pessoas.

## Libras

*Outra ação de destaque em favor da inclusão foi a oferta de capacitação em Linguagem Brasileira de Sinais a funcionárias/os e conselheiras/os do CRP SP. Na capital, o curso transcorreu ao longo de seis meses, quando duas vezes por semana as/os profissionais puderam aprender Libras. “O curso chegou ao nível intermediário e espero que possamos ter mais. É muito interessante aprender esse idioma, assim como ter condições de praticá-lo. Como acontece com línguas estrangeiras, se não utilizamos no dia a dia, podemos acabar esquecendo”, observa Karen Dotto, que participou das aulas. Hoje, ela diz, consegue manter uma conversação básica com pessoas com deficiência auditiva e busca manter os saberes adquiridos “frescos na memória” por meio de exercícios como reduzir o volume da televisão e acompanhar os intérpretes de sinais. A contratação de intérpretes de Libras, aliás, passou a ser uma prática adotada pelo CRP em todos os eventos realizados.*

## Participação

Em relação às demandas pendentes e à satisfação das pessoas com deficiência que frequentam o CRP, Mirnamar diz que há o costume de ouvi-las, receber suas queixas e elogios, e que isso serve como base para medidas práticas, bem como para a formatação de ações como as oficinas. “Temos muito o que avançar ainda em alguns aspectos, incluindo, por exemplo, uma confecção mais adequada de nossos materiais informativos”, diz. A coordenadora no Núcleo de Defesa de Direitos: Psicologia e Deficiência acrescenta ainda

que, ao longo dos últimos anos, o órgão tem tratado de atrair pessoas com deficiência para integrá-lo. “Esperamos, profundamente, que as pessoas com deficiência possam estar mais presentes no CRP para que consigamos desenvolver e/ou dar continuidade às ações com mais eficiência”, diz. Outro ponto em que ainda é preciso avançar, segundo ela, é no sentido de ampliar o número de pesquisas dedicadas ao tema da deficiência. Ele está crescendo, mas ainda é incipiente. Isso tudo é relevante para de fato contribuímos com uma transformação da realidade das pessoas com deficiência” finaliza.

### O que é capacitismo? Como identificá-lo?

Capacitismo refere-se a todas as formas de discriminação, estigmas e estereótipos em relação a pessoas com deficiência, como o equívoco de considerá-las/os super-heroínas/heróis, exemplos de superação ou, na outra ponta, coitadinhas/os, dignas/os de pena, vítimas da “triste condição” de ser uma pessoa com deficiência.

### As sete dimensões da acessibilidade

Elas referem-se às barreiras que inibem a participação e integração de Pessoas com Deficiência e que precisam ser pensadas para serem eliminadas. São elas:

- 1. Arquitetônica: barreiras em espaços e prédios públicos e privados.**
- 2. Atitudinal: barreiras culturais, preconceitos e estigmas.**
- 3. Comunicacional: obstáculos na comunicação interpessoal.**
- 4. Metodológica: obstáculos nos métodos, técnicas e processos de trabalho.**
- 5. Instrumental: barreiras nas ferramentas e instrumentos de trabalho.**
- 6. Programática: obstáculos invisíveis existentes em legislações, normas e regulamentos.**
- 7. Natural: barreiras e obstáculos da natureza.**

*Fonte: material elaborado pela Diversitas – Soluções Inclusivas*

### Modelo social x Modelo médico

“O Modelo Social da Deficiência estruturou-se em oposição ao Modelo Médico da Deficiência, que reconhece na lesão, na doença ou na limitação física a causa primeira da desigualdade social e das desvantagens vivenciadas pelas/os deficientes, ignorando o papel das estruturas sociais para a sua opressão e marginalização.

Entre o Modelo Social e o Modelo Médico há diferença na lógica de causalidade da deficiência. Para o Modelo Social, sua causa está na estrutura social. Para o Modelo Médico, no indivíduo.

Em síntese, a ideia básica do Modelo Social é que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas uma questão da vida em sociedade, o que transfere a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade”. (BAMPI, L.; GUILHEM, D.; ALVES, E. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 18, n. 4, p. 816-823, 1 ago. 2010.)



# Tudo vira fumaça

*A casa como construção da subjetividade e a reintegração de posse como violência de classe, gênero e raça*

Por Julia Rezende Ribeiro



Welita vive com suas duas filhas em um prédio ocupado

O apartamento de Welita a tem em cada um de seus cantos. No cheiro da abobrinha temperada, na textura da toalha de mesa florida e na beleza dos livros na estante que, juntos, formam uma grande parede de saberes. Na varanda, ficam os brinquedos das duas crianças, junto das plantas. Às vezes, a família recebe o cachorrinho de uma colega, que já tem até o seu espaço reservado.

Uma casa com o mínimo – um lugar para dormir, um lugar para receber os amigos e um lugar para fazer as refeições – foi uma realidade distante por muito tempo para Welita Alves Caetano, hoje com 34 anos, graduada em Ciências do Trabalho, mãe, coordenadora de movimento de moradia filiado à Frente de Luta por Moradia (FLM), líder de ocupação, Conselheira Municipal de Habitação e ativista pelos Direitos Humanos.

“Não ter uma casa provocou muitos danos. É muito duro para uma criança se desenvolver no espaço onde não tem uma mesa para escrever os seus textos, fazer suas tarefas de casa”, explica. Até os 10 anos, Welita viveu em Goiás com o irmão e os pais. Por conta da profissão de lavrador do pai, constantemente mudavam de cidade dentro do estado, para que ele pudesse plantar e produzir. Apesar dos muitos endereços, lembra com carinho da casa da avó, uma fazenda no interior, fixa, estável, segura. Sempre um local para retornar.

Com o intuito de oferecer melhores condições à família, o pai de Welita decidiu que iriam morar em São

Paulo. Chegaram na Rodoviária do Tietê, na zona norte da capital, sem um plano exatamente estabelecido. Decidiram que venderiam refrigerantes no bairro do Carandiru e morariam em um quarto de pensão. Mesmo sentindo bastante falta da vida no campo, o grande trauma infantil foi outro. “Uma coisa é uma criança ser criada em liberdade, andando a cavalo, cuidando das vacas e das galinhas. Outra coisa é você vir para a cidade, onde não toca mais na terra, nem cuida das plantas. Mas eu acho que o mais difícil foi não ter uma casa para morar”, relembra.

Em pouco tempo, o dinheiro já não era suficiente para as despesas de aluguel e alimentação. Tentaram uma passagem de volta para Goiás em uma unidade de Assistência Social da Prefeitura, mas tudo que conseguiram foram quatro vagas em um albergue municipal.

Chegaram na hora do jantar. Apesar da gentileza dos funcionários, a unidade nunca representou a sua casa. Welita conta que não tinham domínio sobre suas próprias vontades, como a hora de comer ou quando tomar um banho. Além do controle das atividades, o espaço também era dividido pela equipe: homens de um lado, mulheres de outro. A família só se encontrava durante as refeições. “Penso que a casa é um espaço importante para o desenvolvimento do ser humano. E no albergue você não tem isso”, explica. No início da manhã, logo após o café, tinham de deixar o local e só tinham autorização para retornar à noite, no jantar. Nos finais de semana, sem escola, a solução era ficar na Praça do Sé ou passar o dia na igreja: “não ter para onde retornar é algo muito violento para um ser humano suportar”.

E foi durante um destes momentos na rua que sua mãe descobriu uma ocupação, na rua do Ouvidor, na qual o coordenador ofereceu um quarto e dois colchões para a família. Apesar do receio do pai – ele achava que o local poderia ser perigoso – pegaram os poucos pertences e fizeram a mudança, desta vez, para um lugar um pouco mais parecido com o que chamamos de casa. Welita conta que, mesmo sem móveis ou eletrodomésticos, a sensação que sentia era boa. “Era aconchegante estarmos todos juntos”, explica.

“A casa é o lugar onde você vai se construir, a sua subjetividade”, diz Welita, ao citar o filósofo e poeta francês Gaston Bachelard. “Eu vejo que a casa é a extensão do que está dentro da sua cabeça, a sua casa reflete isso”, completa e enfatiza o fato de que o lar é uma necessidade do humano para poder ser: mais do

que um ambiente para deitar e descansar seu corpo, é um lugar aonde sempre voltar e um espaço para receber os amigos.

Depois de muitos anos nesta ocupação, a família conseguiu um financiamento de imóvel para pessoas de baixa renda, apartamento no qual os pais de Welita moram até hoje. Atualmente, ela vive com suas duas filhas em outro prédio ocupado, do qual é coordenadora. Apesar de ter transformado o espaço em lar, as coisas nem sempre foram tão harmoniosas.

## Reintegração de posse e violência de Estado

Para Welita, o maior algoz do sem-teto é o capitalismo, mas o porta-voz da violência é o Poder Judiciário, uma vez que é o responsável pelas sentenças. “A reintegração de posse não é simplesmente uma reintegração, você está sentenciando uma pessoa à morte. Algo muito importante dentro de você está sendo morto, está sendo destruído, violado, que é a sua casa, onde você vive”, afirma, categoricamente.

Em 2016, às vésperas de um pedido de reintegração, as trinta famílias que ocupam o edifício fizeram um protesto na Prefeitura de São Paulo. Segundo a líder, as pessoas precisam de uma casa, não podem esperar e não conseguem ser ouvidas. “Um direito não tem fila. Meu direito é meu direito”, enfatiza. Apesar de terem conseguido a permanência no prédio naquele momento, dois anos depois, já em 2018, problemas judiciais obrigaram os moradores a saírem. O período previsto de poucos dias acabou se alargando para cerca de dois meses.

O desmantelamento de famílias e o derramamento dos sonhos são alguns dos danos constantes que resultam da violência do Estado ao ordenar que imóveis sejam desocupados. Segundo Welita, nessas situações, o sentido de casa fica perdido. É preciso encaixotar pertences que não se sabe onde serão colocados, carregar objetos pesados e reorganizar toda a rotina dos filhos. “Sua vida bagunça. Tudo vira fumaça. A reintegração de posse é de uma violência que não se estende apenas em uma casa, não é apenas uma propriedade privada que precisa ser desocupada. É toda uma estrutura de família”, explica.

Welita pontua que qualquer violência contra as pessoas sem-teto tem caráter de classe, gênero e raça. Isso porque quem está na linha de frente da luta dos movimentos por moradia são mulheres negras da classe trabalhadora. “Mesmo que tenha um companheiro, quem aparece é a mulher, sempre. Quando vai ter um



Welita considera a ocupação lugar de desenvolvimento de democracia

atendimento de demanda, no qual todos da casa precisam assinar, aí descobrimos que existe um homem. Mas quem faz a luta, quem vai atrás, quem quer ter uma casa para colocar os filhos são as mulheres”, reafirma.

A força dessas líderes é notável e se destaca dentro de um universo predominantemente masculino, do ativismo. “Imagine para dialogar com o sistema, a Prefeitura. Elas são o resultado de uma violência de Estado, que as obrigaram a agir dessa forma, serem muito fortes, às vezes, serem muito duras, porque sofreram muito”, complementa.

Welita acredita que os grupos dominantes se utilizam do discurso da mídia para masculinizar essas mulheres, com o intuito final da criminalização da luta. “Eles falam ‘bandidos’. Porque se a sociedade sabe que são mulheres, crianças e idosos, talvez pudesse nos ver de forma diferente”.

### Democracia participativa e solidariedade em rede

A resiliência dos sem-teto acabou por transformar seus espaços em núcleos de resistência. Welita chama de “ralação coletiva” essa união de vivências que se solidifica em uma rede de apoio eficaz e ramifica-

da. A necessidade de uma família, antes individual, se transforma em uma razão de viver para si e pelo outro. “Eu acho que a ocupação é o símbolo de como deveria ser uma cidade”, afirma.

Ela explica que viver em uma ocupação é um exercício constante de diálogo, exposição de ideias, participação e cuidado. Para que sua vizinha consiga fazer faculdade, por exemplo, Welita fica com a função de dar o jantar às filhas da amiga. Outra mãe é responsável por levar as crianças para a escola – desta maneira, Welita conseguiu terminar a graduação e pode atuar como Conselheira Municipal de Habitação e ativista pelos Direitos Humanos.

Para além da solidariedade entre os moradores, ela conta que a ocupação é um lugar de desenvolvimento de pilares fundamentais de democracia e de transparência. Isso porque todas as questões são resolvidas coletivamente, em assembleia, e a prestação de contas fica sempre disponível em um mural. “Se a casa cair aqui, não é a minha, apenas. É a casa de 30 famílias”, pondera a coordenadora. As brigas existem, como em quase todos os espaços de convivência entre pessoas, mas o grupo sempre procura lembrar que a luta é muito maior do que as discussões rotineiras. E a filha mais velha de Welita, aos 9 anos, resume bem o que esta rede representa: “eu gosto de morar na ocupação porque, quando minha mãe precisa de um tomate ou uma cebola, eu vou correndo na casa da vizinha e ela me empresta”.

**Psicólogas/os, o livro “Psicologia e Moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional”, publicado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 2019, oferece importante debate sobre as contribuições do exercício profissional da Psicologia no trabalho junto aos movimentos de moradia e políticas públicas de habitação.**

**Convidamos todas/os para fazer essa leitura e compartilhar reflexões pertinentes ao tema. O PDF da publicação pode ser acessado no site do CRP SP**

**<http://psicologiaemoradia.crpssp.org.br>**

**Welita Alves Caetano é autora do artigo “A casa do sem-teto, a ocupação!”, disponível no livro.**



# Alto Tietê começa com fôlego

**D**esde junho, as/os psicólogas/os de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquetuba, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano e Mogi das Cruzes (onde está situada) podem contar com a estrutura e o atendimento da nova Subsede do CRP, a Alto Tietê. A unidade, cuja constituição foi aprovada no Corep que antecedeu o 9º Congresso Regional de Psicologia, em 2016, e era uma demanda de décadas da categoria, colocando o CRP SP mais próximo das/os psicólogas/os da região, facilita a vida de quem precisa recorrer a serviços administrativos, orientações, ou, ainda, participa dos eventos promovidos pelo Conselho. A estrutura e os recursos permitem, portanto, melhor atender necessidades específicas da região, ampliar a participação das/dos profissionais nos debates e tomadas de decisão e, assim, contribuir de forma mais efetiva na defesa e formulação de políticas públicas – como as relativas ao SUS, ao SUAS, à educação, ao sistema de Justiça e ao sistema de garantia de direitos, ainda mais relevantes agora, em razão do momento político vivido no Brasil, que representa ameaças à democracia e às conquistas sociais.

De acordo com os integrantes da Comissão Gestora da Subsede Alto Tietê, a perspectiva é de mobilização do território, buscando fortalecer os movimentos sociais e dando protagonismo às/aos usuárias/os e psicólogas/os. Antes mesmo da inauguração, e ao longo dos três anos da atual gestão, a comissão já trabalhava para motivar e atrair a categoria, a partir da atenção a demandas identificadas na região, como luta antimanicomial, economia solidária, redução de danos no uso de álcool e outras drogas, oficina de documentos escritos, e revisão das diretrizes curriculares. Após a abertura oficial do espaço, a Comissão Gestora tem realizado reuniões abertas com a categoria para identificar novas necessidades e anseios. A ideia é também aprofundar a aproximação em relação aos movimentos sociais e às universidades.

Também antes da inauguração, psicólogas/os vinculadas/os hoje à Subsede atuaram no caso da Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (veja matéria à página 20). Pela excepcionalidade do evento, foram

mobilizados especialistas diretamente ligadas/os à temática. Recentemente, elas/es compõem as discussões nos núcleos do CRP SP para o acolhimento e orientação das/os profissionais de Psicologia quanto ao exercício e direcionamento dos trabalhos executados, tendo, por exemplo, passado orientações sobre a escrita de documentos e prontuários às/aos recém-contratadas/os para aquela cidade.

Em relação ao evento trágico, tem realizado encontros que visam discutir a interface da prevenção à violência, a comunicação não violenta e o direito à convivência como parte das políticas públicas e não apenas como um sintoma, ampliando a discussão sobre prevenção.

## Atendimento

Dois funcionários são responsáveis pelo atendimento na região dos 11 municípios atendidos pela Subsede: Rodrigo Gomiero, que responde pela parte administrativa, relata que o grande número de instituições de ensino superior na região estimula o movimento na unidade. “Já tivemos nove novas inscrições, e esse número deve crescer bastante em razão das colocações de grau previstas para o início de agosto”, diz. Os atendimentos administrativos, em meados de julho, já somavam 20. Segundo ele, o grande desafio no momento é qualificar a divulgação sobre a nova sede, de forma a atrair as/os profissionais a ela, e não mais à sede do CRP SP na capital paulista, a que muitas/os costumavam recorrer.

## Subsedes novas



Rodrigo Araújo, por sua vez, é o psicólogo analista técnico do CRP SP, responsável pelas orientações às/aos profissionais que procuram o CRP. “Curiosamente, as visitas presenciais para orientações estão superando as demandas por e-mail e telefone. O pessoal está realmente se apropriando do espaço, e isso é muito interessante”. A promoção de eventos, como reuniões abertas e sobre pautas caras às/aos psicólogas/os, a exemplo da luta antimanicomial, também ajudam a incrementar a presença na unidade. “A boa localização, perto da estação de trem, facilita o acesso. Há vários relatos feitos por quem nos visita sobre como a nova subsede é importante para que as/os psicólogas/os possam participar de atividades, já que

antes a combinação entre distância e horário impedia que integrassem as atividades que aconteciam em São Paulo”, diz.

**O horário de atendimento administrativo na Subsede do Alto Tietê é das 9h às 18h. Contatos podem ser feitos pelo telefone (11) 2378-0326 ou pelo e-mail [altotiete@crpsp.org.br](mailto:altotiete@crpsp.org.br). Quem preferir, pode se deslocar até a sede, no endereço Condomínio Helbor Concept Life, Office e Corporate – Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 1145, em Mogi das Cruzes.**

## Campinas: casa nova à vista

*Depois de mais uma década de busca, a subsede ganhará novas instalações*

**A**o longo de pelo menos quatro gestões do Conselho Regional de São Paulo, o tema da necessidade de troca de endereço da Subsede Campinas esteve em pauta. E, agora, finalmente, se concretiza. “É uma conquista que passa por pelo menos quatro gestões, que gradualmente criaram as condições para conseguirmos encontrar e adquirir o imóvel, o que finalmente conseguimos concretizar graças à sensibilidade, ao apoio e à vontade política dos gestores, conselheiros e diretoria”, diz Rodrigo Pressoto, conselheiro do CRP e coordenador da subsede em Campinas.

A mudança é importante para a oferta de melhor estrutura para trabalhadoras/es e psicólogas/os, bem como para a população que procura o CRP. “Atendemos mais de 17 mil profissionais de 70 municípios da região, e nosso espaço também estava pequeno para abrigar nossa equipe, que conta com quatro pessoas na parte administrativa, duas psicólogas analistas técnicas, duas estagiárias, além de responsáveis pela limpeza e zeladoria”, explica o conselheiro. Além disso, em razão das limitações físicas do ambiente – que inclusive não apresenta condições de ser adaptado para o atendimento a pessoas com deficiência, como determina a lei –, em vários momentos a subsede foi obrigada a alugar espaços para realização de eventos, o que representava aumento nos custos.

O novo endereço da subsede é bem no centro de Campinas, com fácil acesso a transporte público. O prédio, comercial e recém-concluído, já está todo adaptado a pessoas com deficiência e conta com recursos e infraestrutura modernos. O andar adquirido pelo CRP tem a flexibilidade como uma característica: como possui paredes móveis, permite readaptações de *layout* conforme a necessidade. “Teremos salas isoladas para as Comissões de Orientação e Ética e de Orientação e Fiscalização, outra para oitivas, lactário, uma sala para acesso a documentação física e/ou digital do Conselho por parte de nossa equipe, mas também do público e da categoria, e até mesmo um miniauditório”, conta Rodrigo.

O projeto para o ambiente está sendo desenvolvido por uma empresa especializada e em parceria com as/os trabalhadoras/es, que dão contribuições e sugestões para assegurar boas condições de trabalho e atendimento. Uma primeira versão foi concluída – ela prevê uma série de itens relacionados a acessibilidade – e está sendo ajustada. Assim que essa etapa estiver finalizada, deverá ocorrer uma licitação para decidir sobre quem executará as obras necessárias. “Agora é buscar os acertos finais, e a próxima gestão do CRP terá condições de inaugurar a nova subsede que, como projetamos, atenderá às necessidades da região de Campinas”, comenta Rodrigo.

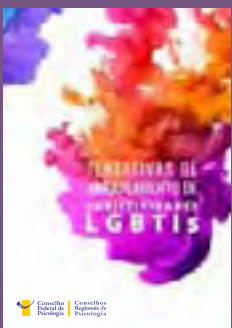


### Antropologia e deficiência no Brasil

A revista Anuário Antropológico, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), traz em sua edição do primeiro semestre de 2019 um dossiê sobre Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil. Os artigos estabelecem pelo menos três eixos de reflexão importantes: deficiência como categoria relacional; deficiência como categoria diagnóstica e jurídica; e a contribuição da antropologia para a superação do paradigma clássico da normalização. A publicação pode ser acessada no endereço: <http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/index>

### Manicômios

“O não ao manicômio: fronteiras, estratégias e perigos”, de André Nader, psicanalista e acompanhante terapêutico, trata dos renovados perigos presentes na luta contra o horror manicomial, nascida no final da década de 1970. A obra alerta sobre lógicas manicomiais mais sutis e com divisões menos perceptíveis do que os muros asilares, e contra os quais propõe que sigamos lutando.



### Subjetividades LGBTIs

Organizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs” apresenta histórias de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTIs) que retratam os intensos sofrimentos ético-políticos e os processos de resistência decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão. O livro, com 220 páginas, está disponível gratuitamente no <https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/>

## MURAL

### Em defesa da Assistência Social

A Conferência Nacional Democrática de Assistência Social de 2019 ocorrerá nos dias 25 e 26 de novembro, no Auditório da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnb), na Unb. Neste ano, o tema “Assistência social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação social”, debaterá e denunciará o desmonte e a desconfiguração desse direito no Brasil. Informações no <https://conferenciadeassistenciasocial.home.blog/sobre/>



### Reunião Anual da SBP

A 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e o 1º Congresso da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (Abrapa) serão realizados, simultaneamente, de 22 a 25 de outubro de 2019, na UFPB, em João Pessoa, na Paraíba. O tema do evento é “Psicologia: direito de tod@s”. O objetivo é permitir o acesso ao que há de melhor na produção científica nacional e internacional em Psicologia por meio de conferências, simpósios, mesas-redondas, cursos, painéis e sessões coordenadas de apresentação de pesquisas, além de espaço para painéis permanentes de cursos, programas e laboratórios, encontros e reuniões, lançamento de livros e exposições e venda de material acadêmico, científico e técnico. Mais informações em: <http://www.ra.sbp.org.br>



***Juntas/os somos mais fortes na construção de uma Psicologia em defesa dos Direitos Humanos.***

## **Conheça o XVI Plenário (Gestão 2019-2022):**

### **Diretoria**

**Presidenta** | Beatriz Borges Brambilla

**Vice-Presidenta** | Ivani Francisco de Oliveira

**Secretária** | Raizel Rechtman

**Tesoureiro** | Rodrigo Toledo

### **Conselheiras/os**

Ana Paula Hachich de Souza

Annie Louise Saboya Prado

Clarissa Moreira Pereira

Edgar Rodrigues

Eduardo de Menezes Pedroso

Emanoela Priscila Toledo Arruda

Ione Aparecida Xavier

Jessica Tomaz da Costa Silva

Julia Pereira Bueno

Jumara Silvia Van De Velde

Lauren Mariana Mennocchi

Lilian Suzuki

Luana Alves Sampaio Cruz Bottini

Luciane de Almeida Jabur

Maria da Glória Calado

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri

Maria Rozineti Gonçalves

Mariana Leite Hernandez

Mônica Cintrão França Ribeiro

Mônica Marques dos Santos

Murilo Centrone Ferreira

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Sarah Faria Abrão Teixeira

Sulamita Jesus de Assunção

Talita Fabiano de Carvalho

Tatiane Rosa da Silva

